### O anticomunismo e a esquerda militar no Brasil: uma análise historiográfica.

CARLOS HENRIQUE LOPES PIMENTEL\*

#### Introdução

Procurando historicizar e analisar não somente como o anticomunismo se incorporou e se concretizou como um dos discursos base das Forças Armadas, mas também como esta prática se consolidou atendendo aos objetivos específicos das elites da alta hierarquia das Armas, este artigo apresenta uma releitura historiográfica acerca da prática anticomunista nas Forças Armadas e a existência de uma esquerda militar no Brasil. A cúpula dos militares, instaurada pós 1930, buscava entre outras coisas manter a política longe dos quartéis e, ao mesmo tempo, inserir a Instituição Castrense dentro da política nacional colocando-a como um de seus principais atores, assim como propunha o General Góis Monteiro, um dos idealizadores dessa mentalidade. Tal pensamento, juntamente com as características intrínsecas de alto respeito às hierarquias e os atos punitivos contra aqueles que desobedeciam as ordens impostas, não impediram que as Forças Armadas continuassem a ser um espaço político de debate e, inclusive, de confrontação ideológica. Dentro deste cenário, observa-se a existência de uma esquerda militar que também possuiu importância na história do Brasil Republicano, mesmo que a temática não seja ainda amplamente abordada pela historiografia brasileira.

Considerando este panorama, o presente trabalho baseia-se na análise das obras Os Novos Bárbaros: Análise do Discurso Anticomunista do Exército Brasileiro, de José Roberto Martins Ferreira; Em guarda contra o "Perigo Vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964), de Rodrigo Patto Sá Motta; A invenção do Exército brasileiro, de Celso Castro; A Esquerda Militar no Brasil e A Esquerda Militar no Brasil: da Coluna à Comuna, de João Quartim de Moraes; Um olhar à esquerda, de Paulo Ribeiro da Cunha. Tais livros permitem explorar a perseguição e a negação das ideologias de esquerda nas Forças Amadas do país.

\_\_\_

<sup>\*</sup> Universidade Estadual de Londrina (UEL). Aluno do Programa de Pós-Graduação *stricto-sensu* em História Social.

## O Anticomunismo nas Forças Armadas.

Se a importância de uma ideologia se mede por sua capacidade de mobilizar forças e por seu poder de intervenção, pode-se afirmar que, segundo Ferreira (1986), o anticomunismo desempenhou um papel fundamental na história das Forças Armadas e também na história republicana, sendo importante seu estudo para a compreensão e análise dos fenômenos históricos diretamente ou indiretamente ligados a essa temática, que ultrapassam o campo do político, refletindo também na sociedade, na economia e na cultura do Brasil.

O Exército brasileiro não consiste um grupo homogêneo. Houve - e sempre haverá - divergências e controvérsias no seio da organização. Entretanto, por se tratar de uma organização hierarquizada, os grupos que assumem a cúpula tendem a impor e articular suas ideologias e práticas no conjunto da instituição, valendo-se de repressões e expurgos para a consolidação de suas idéias. Assim, a concretização de uma prática anticomunista no interior do Exército se mostra totalmente compreensiva. Cada grupo que controlava a cúpula da organização ou disputava essa condição passava a se utilizar deste discurso como fator de união entre os militares e de preocupação do Exército em relação à nação, devendo as Armas sempre se manter em guarda contra um suposto "perigo vermelho", conforme coloca Motta (2002), controlado por uma potência estrangeira, no caso a ex União Soviética (URSS).

Em *Os Novos Bárbaros* (1986), José Roberto Martins Ferreira destaca a década de 1930 como o momento em que o anticomunismo se tornou uma das características marcantes das Forças Armadas, não só no Brasil, mas também em outros países da América do Sul. As intervenções da Instituição Castrense nas questões políticas a partir de então, sejam elas bem sucedidas ou fracassadas, contra regimes específicos ou contra determinadas práticas, estavam de alguma forma ligadas, em maior ou menor grau, ao discurso anticomunista que se consolidava. Deste período em diante, as Forças Armadas brasileiras têm se colocado, juntamente com outras instituições como a Igreja Católica e os partidos liberais, como arautos de uma ordem política e social, que está sendo afrontada por idéias subversivas, concretizadas pela ideias esquerdistas em geral<sup>1</sup>.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Entende-se como ideias esquerdistas o comunismo, o socialismo, alguns aspectos do nacionalismo e do trabalhismo, e o anarquismo.

Ainda segundo o autor, o anticomunismo não é o único, porém muitas vezes o principal elemento ideológico que legitima a ação direta das Armas no cenário político. Para Ferreira (1986), outros discursos como o nacionalismo, o desenvolvimentismo e a moralização das instituições também são legitimadores para a intervenção militar na política. Contudo, ao olhar para história brasileira, principalmente ao atentar-se para os fenômenos políticos da história republicana, observa-se a grande importância do discurso anticomunista no interior das Forças Armadas em momentos cruciais de nossa História, tais como a implantação do Estado Novo em 1937 e o golpe civil militar de 1964.

Estes períodos são abordados na análise sobre o anticomunismo e a história republicana brasileira realizada pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta em sua obra *Em guarda contra o "Perigo Vermelho"* (2002). Sua pesquisa apresenta os dois momentos em que o anticomunismo foi fundamental não só dentro da instituição militar, mas, principalmente, como discurso legitimador de intervenções das Armas no cenário político. Trata-se da primeira grande onda anticomunista<sup>2</sup> entre 1935 e 1937, na qual vemos a deflagração do que a historiografia nacional convencionou chamar de Intentona Comunista e a conseqüente perseguição aos partidários de esquerda que possibilitou a instalação do Estado Novo ditatorial de Vargas; e do segundo grande surto anticomunista<sup>3</sup> em 1961-1964, pelo qual se tem a ascensão de João Goulart seguido de uma forte crise política encabeçada por grupos anticomunistas, com destaque para a cúpula das Forças Armadas. Esta pressão teve como desfecho a deflagração do golpe civil e militar em 1964.

Segundo José Roberto Martins Ferreira a importância do anticomunismo na compreensão da relação das Forças Armadas como agente político na história brasileira se evidencia pelo fato de que

Não seria exagero nenhum afirmar que se a história política recente do Brasil tem se caracterizado por uma constante e crescente presença das Forças Armadas na cena política, esta presença tem sido justificada, antecipadamente ou posteriormente, através da retórica anticomunista. Do golpe de 1937 ao golpe de 1964; da cassação do PCB em 1947 até a legalização dos partidos clandestinos em 1985; da Revolta de Jacarecanga até o Manifesto Silvio Frota de 1977; das críticas (e estímulo à neutralização) ao projeto de reforma agrária de 1963, às mesmas críticas e neutralização ao projeto de reforma agrária de 1985; da eleição de Getúlio

\_

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Termo utilizado pelo autor para definir tal momento histórico (MOTTA: 2002, p. 179).

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Termo utilizado pelo autor para definir tal momento histórico (MOTTA: 2002, p. 231).

em 1950 à eleição de Leonel Brizola, como governador do Estado do Rio de Janeiro em 1982 em suma, não há um acontecimento relevante para a política brasileira nos últimos cinqüenta anos e que com a presença das Forças Armadas, ou setores expressivos delas, onde a retórica anticomunista não seja utilizada (FERREIRA, 1986:50-51).

Portanto, é com a eclosão da chamada Intentona Comunista em 1935 que se institucionaliza o anticomunismo como um discurso das Forças Armadas, prática que acompanhou a ideologia dominante do Exército e que se faz presente na instituição e fora dela, com resquícios até os dias atuais. Assim, através do rito do dia 27 de novembro<sup>4</sup>,o Exército cria a noção de que o comunismo e seu conseqüente combate é uma característica indissociável das Armas. Ademais, o expurgo desta idéia política seria uma tarefa, ou seja, uma obrigação da instituição militar como um todo.

O anticomunismo nas Forças Armadas também é abordado na pesquisa de Celso Castro (2002), na qual o autor analisa os principais rituais e símbolos do Exército, através de três importantes momentos históricos que se transformaram em tradições fundamentais da instituição castrense: o culto a Caxias, como patrono do Exército; as comemorações da vitória sobre a Intentona Comunista de 1935; e, por fim, o dia do Exército comemorado na data da primeira Batalha dos Guararapes<sup>5</sup>. Para o pesquisador, a frustrada revolta comunista de novembro de 1935 foi um acontecimento chave no processo de institucionalização da ideologia anticomunista nas Forças Armadas brasileiras.

Pode-se falar de anticomunismo desde que o comunismo existe. O preâmbulo do Manifesto comunista de Marx e Engels, de 1948, já menciona o comunismo como um "fantasma" a assustar os principais lideres conservadores europeus. O anticomunismo ganha força, no entanto, com a revolução bolchevista de outubro de 1917, na Rússia, marco a partir do qual a doutrina tornou-se uma alternativa política real. Embora de fácil definição, o termo "anticomunismo" engloba um conjunto bastante heterogêneo de forças políticas e sociais. Católicos, liberais, militares, empresários, nacionalistas e fascistas aparecem unidos por uma postura negativa, por se posicionarem contra um inimigo comum. Por isso, a convergência entre os diversos anticomunismos ocorre apenas em períodos percebidos como de aumento do "perigo comunista", geralmente de curta duração (CASTRO, 2002: 49-50).

Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH • São Paulo, julho 2011

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Data símbolo da Intentona.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> 19 de abril de 1648.

Até 1917 o comunismo não era visto pelas lideranças conservadoras do Brasil como uma ameaça concreta. Mas com a propagação dos ideais comunistas advindos da Revolução Russa e da subseqüente formação de um partido comunista brasileiro (PCB), a situação se altera deixando em alerta os setores contrários a essa ideologia. No início da década de 1930, a situação se agrava considerando a conversão do líder tenentista Luis Carlos Prestes ao comunismo e sua adesão ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1934; assim como a formação da Aliança Nacional Libertadora (ALN) dominada pelos comunistas em 1935, tornando o comunismo mais próximo no país.

Esse período é marcado por um crescente fortalecimento de regimes autoritários tanto à direita quanto à esquerda no contexto internacional, tendo seus reflexos no Brasil contrários ao liberalismo político e à democracia. Segundo Celso Castro (2002:50) a descrença na democracia era generalizada, sendo este o cenário político conturbado no qual a ameaça comunista no país deixa de ser distante e se torna real, quando no final de 1935 estoura uma revolta comunista. Essa tentativa de golpe comunista causou grande agitação pública ainda mais quando veio à luz a participação de estrangeiros ligados a Internacional Comunista. O episódio ficou conhecido como Intentona Comunista, nome dado ao levante comunista, pelos vencedores (CASTRO, 2002).

Castro (2002) explica que nos meses seguintes à revolta, Vargas e os chefes militares começaram uma perseguição implacável aos ditos inimigos da nação, os comunistas. Também foi decretado estado de sítio, ocorrendo inúmeras expulsões de militares de esquerda das Forças Armadas. Os comunistas brasileiros foram acusados de estarem a serviço de Moscou, sendo, portanto, traidores da pátria. Os militares que participaram da revolta foram acusados ainda de dupla traição, não só com o país, mas também com as Forças Armadas que foram ultrajadas em seus dois pilares: a hierarquia e a disciplina. As Armas nos anos seguintes cristalizaram a idéia de traição criando um forte anticomunismo dentro da instituição, embora a oposição dos setores militares ao comunismo anteceda a Intentona de 1935. Foi a partir desta data que a Instituição Castrense passa a identificar e combater o comunismo como principal inimigo.

A ênfase dada neste trabalho é o fato de que o discurso anticomunista nas Forças Armadas possui uma datação, ou seja, é a partir de 1935 que a instituição militar assume um papel de fundamental importância no combate à ideologia comunista no Brasil. A perseguição que se sucedeu possibilita a compreensão sobre as praticas adotadas pelas

lideranças do Exército. Os militares de cunho esquerdista foram perseguidos dentro da corporação, sendo acusados de traidores da pátria, o que não impediu a existência de grupos de esquerda, ligados ou não ao PCB, dentro das Forças Armadas. Tal assertiva, reforça a importância desta análise, que demonstra o quanto o comunismo ou qualquer outra idéia política de esquerda eram - e de alguma forma ainda são - tabus e idéias combatidas nas Forças Armadas brasileiras.

#### A Esquerda Militar no Brasil.

A pesquisa de João Quartim de Moraes sobre a esquerda militar no Brasil é composta por dois volumes: A Esquerda Militar no Brasil volume I: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes, e A Esquerda Militar no Brasil volume II: Da Coluna Prestes à comuna de tenentes e soldados, obras em que pesquisador problematiza a ação dos militares que se colocaram à esquerda dentro das Forças Armadas, relatando e analisando suas ações. João Quartim de Moraes (2005) questiona os intelectuais que ignoravam a existência de grupos dentro das Forças Armadas ligados direta ou indiretamente com a esquerda nacional e até internacional, e recupera a história e a importância desses grupos ao longo da história do Brasil. Para Moraes (2005:33),

a existência de uma esquerda militar parecerá duvidosa a todos aqueles que, tendo presentes ao espírito os últimos quarenta anos de nossa história política, se esqueceram de que a atmosfera de anticomunismo obsessivo, a mentalidade anti-sindical, a concepção policianesca da "ordem interna" e outros sintomas característicos da mentalidade reacionária da corporação militar brasileira, não constituem uma fatalidade inexorável, mas o resultado (contingente, como o é qualquer "evento" histórico) da grande derrota sofrida pelas forças democráticas e antiimperialistas em nosso país em 1964.

Neste sentido, o autor explica que valores como a justiça, a igualdade social, a ascensão política das massas trabalhadoras não encontram nas Forças Armadas terreno fértil, sendo o espaço raro para as idéias democráticas nas Forças Armadas brasileiras e que, em curto prazo, a situação não tende a se modificar. Para João Quartim de Moraes sempre houve a presença de militares de esquerda na história do Brasil, principalmente no período republicano.

Os positivistas que proclamaram a Republica e que lutaram pela abolição, os "tenentes" que estiveram na vanguarda da luta contra a corrupta e carcomida Republica oligárquica, os oficiais democratas e nacionalistas dos anos 50 (muitos ligados ao PCB) que deixaram marcas de sua trajetória na transformação econômica e política de nosso país são exemplos dessa participação. Se, a partir de 1964, os militares de esquerda se tornaram espécie em vias de extinção, foi por terem sofrido uma caçada e expurgo político-ideológico sem precedentes na instituição armada do Estado brasileiro. (MORAES,2005: 42).

A perseguição gradual, iniciada em 1935 pelo levante anticomunista nas Forças Armadas refletiu nos oficiais de esquerda, sejam eles comunistas, nacionalistas ou progressistas. Raros oficiais de esquerda galgaram cargos militares no Brasil, pelo contrário, sempre foram combatidos e prejudicados (CUNHA, 2002 e 2009). Existem vários movimentos e revoltas militares que ainda carecem de estudos específicos ao longo da história republicana brasileira, como as revoltas dos Sargentos em 1915 e 1916, que tiveram a influência de intelectuais socialistas, além da necessidade de recuperar dezenas de jornais do PCB e de outras organizações de esquerda dirigidas especificamente aos militares na década de 1930. Houve ainda outros setores militares que se aglutinaram nos partidos socialistas com teses mais moderadas - para não dizer democráticas. Nesta década, existem também lacunas ao que tange o movimento tenentista e suas frações mais à esquerda. Cunha (2002) sugere que ainda há hipóteses abertas sobre o papel dos Clubes Militares naquele período inicial de sua formação e ao longo de sua história republicana, como por exemplo, na campanha O Petróleo é Nosso. Outras possibilidades de pesquisa apontadas pelo autor remetem aos anos subsequentes, acerca do movimento dos Sargentos de 1950. Esta fase, embora também tivesse uma agenda insurrecional desenvolvida, foi o período caracterizado principalmente pelas várias insurreições militares de direita, seja a tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek, a tentativa de impedir a posse de João Goulart.

Para Cunha (2009) há, inclusive, indícios de algumas ações de resistência da esquerda militar logo após 1964, quando houve uma frustrada tentativa de articulação de um levante contra a ditadura baseado nos setores militares cassados e da ativa. O autor coloca também o exemplo de Carlos Lamarca, assim como dos militares que resistiram às intempéries de 1964. Sem deixar de mencionar os muitos subalternos das Forças Armadas que participaram da luta de resistência à ditadura nas muitas organizações de esquerda surgidas com este objetivo.

# Considerações finais

O presente teve como objetivo traçar um panorama sobre as práticas anticomunistas nas Forças Armadas e a existência de uma esquerda militar no Brasil, considerando uma historiografia sobre o tema que esteve baseada nos pressupostos levantados nas obras *Os Novos Bárbaros: Análise do Discurso Anticomunista do Exército Brasileiro*, de José Roberto Martins Ferreira; *Em guarda contra o "Perigo Vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*, de Rodrigo Patto Sá Motta; *A invenção do Exército brasileiro*, de Celso Castro; *A Esquerda Militar no Brasil e A Esquerda Militar no Brasil: da Coluna à Comuna*, de João Quartim de Moraes; *Um olhar à esquerda*, de Paulo Ribeiro da Cunha.

Ao analisar essas duas problemáticas, o anticomunismo nas Forças Armadas brasileiras e a existência de uma esquerda militar no país, tornou-se possível refletir e problematizar o momento em que determinadas posturas políticas tidas de esquerda, neste caso específico o comunismo, se tornaram umas das maiores ameaças ao país na visão dos militares. Assim como foi possível compreender a trajetória das práticas anticomunistas que ao ganharam tamanha força no desenrolar dos fenômenos históricos brasileiros, principalmente nos eventos políticos de nossa história, concretizaram-se como discurso base das intervenções que culminaram na instalação de regimes de exceção (1938-1945 e 1964-1985).

As práticas anticomunistas na Instituição Castrense estudadas por Ferreira, Motta e Castro permitiram a compreensão de que foi a partir de 1935, considerando o cenário político da época — Intentona Comunista, que o anticomunismo se consolidou como um dos principais pilares norteadores da construção ideológica da instituição militar brasileira. Tais idéias ganharam força e legitimaram as ações das Forças Armadas ao que tange à perseguição do que era considerado ideal subversivo, culminando no golpe civil e militar de 1964.

Consequentemente à consolidação do discurso anticomunista nas Forças Armadas, a análise historiográfica das obras em questão permitiu compreender o porquê, por muito tempo nos estudos históricos brasileiros, ignorou-se ou negou-se a existência de militares - em sua maioria de praças, mas também de oficiais - de esquerda nas Forças Armadas brasileiras, sobretudo no Exército, desde seu surgimento. Da mesma forma em que se relegou a participação desses militares de esquerda nos

acontecimentos da história republicana brasileira. Considerando o debate historiográfico das obras analisadas neste trabalho, observa-se que uma problemática esta ligada à outra.

Ao que concerne o estudo da história da esquerda militar no Brasil, tendo como base os trabalhos historiográficos de Cunha e Moraes, o grande predomínio das idéias conservadoras - de direita - nas Forças Armadas não é um dado permanente, nem, portanto, uma fatalidade de nossa história. Vale ressaltar, neste sentido, que mesmo diante da forte repressão sofrida no interior das Forças Armadas houve a existência comprovada de militares que possuíam um viés político esquerdista em oposição às idéias predominantemente conservadoras da cúpula das Armas e que estes participaram, mesmo que marginalizados, da história brasileira.

## Referências bibliográficas:

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Um olhar a esquerda**: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro: Revan/FAPESP, 2002.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. A esquerda militar no Brasil: uma leitura e várias agendas.

In: **Anais do III Encontro Nacional da ABED,** 2009. Disponível em <a href="http://www.abed-defesa.org/page4/page7/page23/files/PauloCunha.pdf">http://www.abed-defesa.org/page4/page7/page23/files/PauloCunha.pdf</a> >.

FERREIRA, José Roberto Martins. **Os Novos Bárbaros**: Análise do Discurso Anticomunista do Exército Brasileiro. São Paulo, 1986.

MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil:** São Paulo: Expressão Popular/ São Paulo: Siciliano, 1994 (vol.2) e 2005 (2ed. vol. 1).

\_\_\_\_\_\_\_. **A esquerda militar no Brasil:** 

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho"**: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.